

Handwritten initials or signature in the top right corner.



Relatório e Contas

Ano 2013



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
Rua Dionísio Saraiva, 2 – 1.º – porta 5, 2080-104 Almeirim
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matrícula: 00001/050201
NIPC 504 871 650
Capital Social: € 50.000

Relatório de Gestão do Conselho de Administração – Ano 2013

Índice

Órgãos Sociais e Estrutura Orgânica	2
Introdução	5
Destaques	6
Actividade da empresa	7
Recursos Humanos	15
Investimento	16
Provisões	17
Controlo orçamental	18
Análise económica financeira	21
Acontecimentos subsequentes	24
Perspectivas para o ano de 2014	24
Proposta para Aplicação de Resultado	25
Disposições finais	26
Anexo ao Relatório de Gestão	27



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
Rua Dionísio Saraiva, 2 - 1.º - porta 5, 2080-104 Almeirim
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matricúla: 00001/050201
NIPC 504 871 650
Capital Social: € 50.000

Relatório de Gestão do Conselho de Administração - Ano 2013

ORGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ORGÂNICA

No dia 15 de Janeiro de 2014, foram nomeados em Assembleia Geral os seguintes membros dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2014-2017:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Mário Fernando Atracado Pereira

Secretário: Júlio de Jesus Bento

Conselho de Administração

Presidente: Pedro Miguel César Ribeiro

Vogal: Dionísio Simão Mendes em representação de RESIURB

Vogal: Nuno Kol de Carvalho em representação das accionistas Lena Ambiente, SA e SUMA, SA

Órgão de Fiscalização

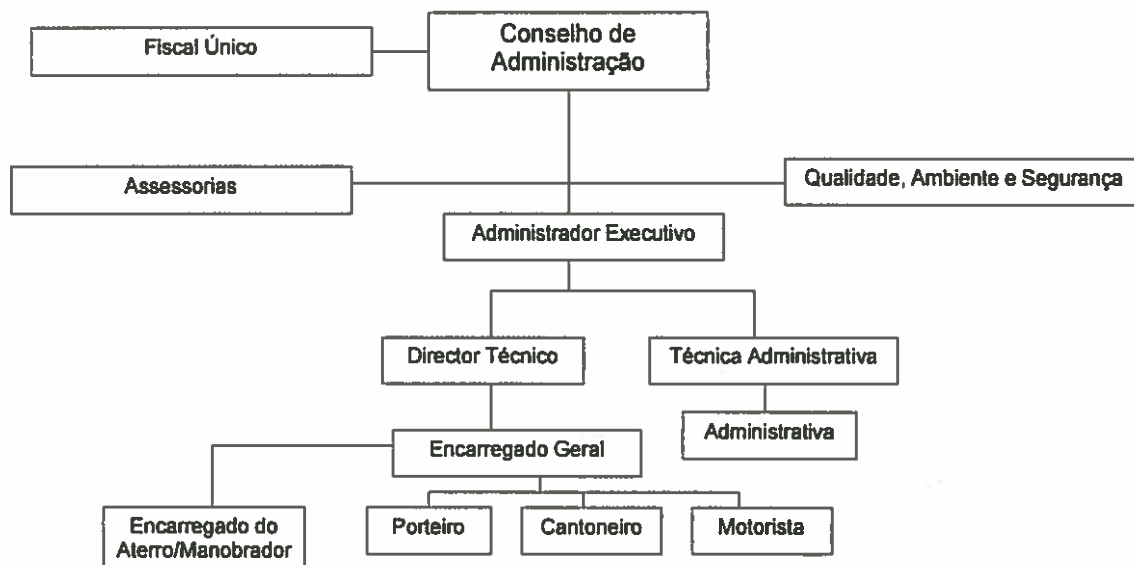
Fiscal Único Efectivo: Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda., representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro

Fiscal Único Suplente: Paula Saraiva & Manuel Pereira, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Ana Paula Monteiro Barbeitos Saraiva & Silva.



[Handwritten signature]

Estrutura Orgânica





Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
Rua Dionísio Saraiva, 2 - 1.º - porta 5, 2080-104 Almeirim
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matrícula: 00001/050201
NIPC 504 871 650
Capital Social: € 50 000

Relatório de Gestão do Conselho de Administração – Ano 2013

Cargo	Nome
Administrador Executivo	Dionísio Simão Mendes
Director Técnico	Rui Manuel Brites
Técnica Administrativa	Alda Margarida Caetano Marques
Administrativa (s)	Ana Maria Luís Santos
	Lara Maria Tabacão Neves
Encarregado Geral	Alexandre Duarte Fernandes
Encarregado do Aterro	António Manuel Marcelino
Porteiro (s)	António Manuel Nunes
	Joaquim Augusto Nascimento
	Nuno Gonçalo Lima Cruz
Cantoneiro (s)	Arménio Gomes
	Ivo Gouveia
	Paulo Jorge Moreira Botas
	Maria Antonieta Rodrigues
	Maria Manuela Godinho
	Francisco Mendes Fernandes
	Alexandre José Gomes
	Tristão Gomes Estêvão
Joaquim Sampaio Tomé	
Motorista (s)	José Pereira Santos
	Mário Henrique Silva
	Justino Coelho Garcia
	Manuel José Marques
	Porfírio Manuel Matias



RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ano de 2013

1. INTRODUÇÃO

A sociedade Ecolezíria – Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, (adiante designada por “Ecolezíria, EIM” ou “Empresa”) com sede na Rua Dionísio Saraiva, 2 – 1.º - porta 5 - Almeirim, pessoa colectiva nº 504 871 650, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almeirim sob o nº 00001/050201, foi constituída em 15 de Dezembro de 2004, com o capital social de 50.000,00 Euros e tem como objecto principal a recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos produzidos na área dos Municípios associados na Resiurb – Associação de Municípios de Coruche, Benavente, Salvaterra de Magos, Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Cartaxo para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

A sua constituição resultou de prévio concurso por convite promovido pela “Resiurb – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos”, que seleccionou como parceiro para a criação da Empresa o agrupamento de empresas privadas – “Construtora do Lena, S.A.”, “Serurb – Serviços Urbanos, Lda” e “Engil – Sociedade de Construção Civil, S.A.”, tendo sido constituída nos termos do disposto na Lei nº 58/98 de 18 de Agosto (Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais), já revogada, regendo-se actualmente pela Lei 50/2012 de 31 de Agosto.

Actualmente a Ecolezíria, EIM tem como detentores do capital a “Resiurb – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos” (51%), Lena Ambiente – Energia e Ambiente, S. A. (24,5%) e Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S. A. (24,5%).



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
Rua Dionísio Saraiva, 2 - 1.º - porta 5, 2080-104 Almeirim
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matrícula: 00001/050201
NIPC 504 871 650
Capital Social: € 50.000

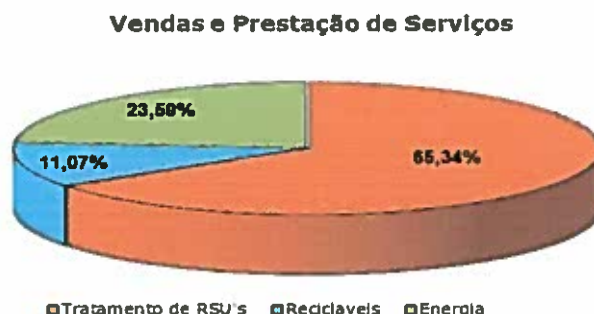
Relatório de Gestão do Conselho de Administração – Ano 2013

2. DESTAQUES

- Aquisição de um sistema de videovigilância;
- Aquisição de dois contentores fechados de 30 m³;
- Adjudicação de serviços para realização do Plano de Segurança Interno;
- Continuação de alteração/obtenção da Licença Ambiental;
- Participação na Feira Nacional da Agricultura e na Alpiagra;
- As vendas e as prestações de serviços relativas ao ano de 2013 totalizaram 3.142.937 euros;
- Os juros obtidos com as aplicações financeiras que constituem o fundo remontaram a 56.536 euros;
- O resultado líquido da empresa no ano de 2013 ascendeu a 406.443 euros o que reflecte uma margem líquida de 12,93%.

3. ACTIVIDADE DA EMPRESA

A actividade da empresa assentou fundamentalmente no tratamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU's), na recolha e encaminhamento de recicláveis e na venda de energia produzida através do biogás proveniente do aterro sanitário. Assim o tratamento de resíduos sólidos urbanos representam 65,34% das vendas e das prestações de serviços e a energia eléctrica representa 23,59%. Por outro lado a venda de recicláveis representa 11,07% do volume total.



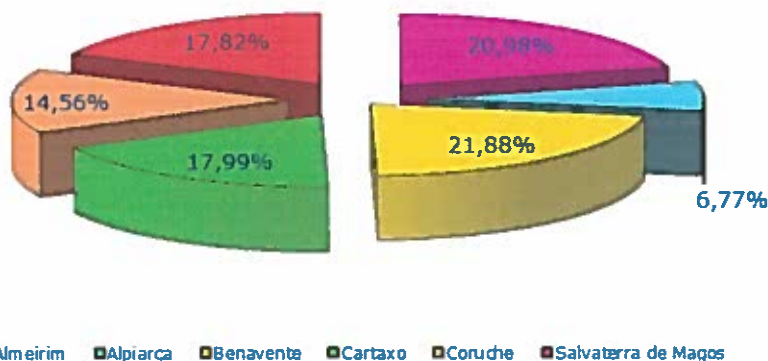
No tratamento dos RSU's, durante o ano de 2013 foram depositadas pelos Municípios em Aterro 54.249 toneladas de RSU's, o que corresponde a um decréscimo de 2,99% em relação ao mesmo período do ano anterior. Representa-se o valor repartido por cada um dos Municípios utilizadores, na seguinte tabela:

Toneladas depositadas no Aterro

Municípios	2013	2012	Variação
	Ton.	Ton.	
Almeirim	11.381	11.460	-0,69%
Alpiarça	3.674	3.708	-0,92%
Benavente	11.868	12.445	-4,64%
Cartaxo	9.760	9.747	0,13%
Coruche	7.899	8.830	-10,54%
Salvaterra de Magos	9.668	9.731	-0,65%
Total	54.249	55.920	-2,99%

Nota: As quantidades apresentadas na tabela dizem respeito às quantidades faturadas aos Municípios.

Repartição das toneladas depositados por Município

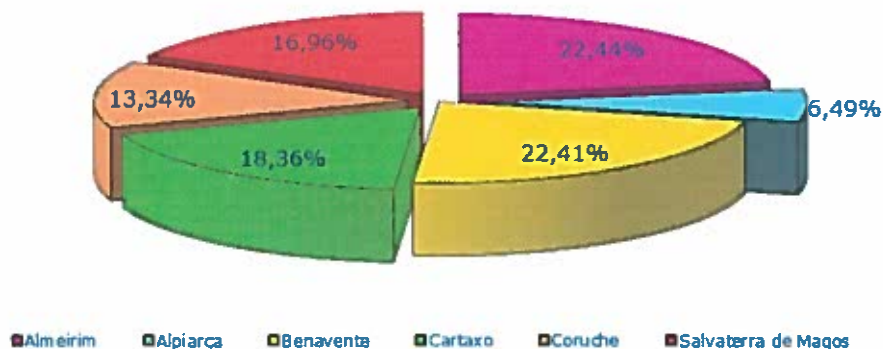


No que respeita à Recolha Selectiva (ecopontos), durante o ano de 2013, foram recolhidas 2.356 toneladas, a que corresponde a um decréscimo de 5,76% em relação ao ano anterior, valor repartido por cada um dos Municípios da seguinte forma:

Recolha Selectiva

Municípios	2013	2012	Variação
	Ton.	Ton.	
Almeirim	529	546	-3,11%
Alpiarça	153	146	4,79%
Benavente	528	572	-7,69%
Cartaxo	433	478	-9,41%
Coruche	314	310	1,29%
Salvaterra de Magos	400	447	-10,51%
Total	2.356	2.500	-5,76%

Recolha Selectiva efectuada por Município



Relativamente aos resíduos com origem na Recolha Selectiva, durante o ano de 2013, foram encaminhadas para reciclagem 2.463 toneladas, a que corresponde a um decréscimo de 6.42% em relação ao ano anterior.

Recicláveis

Materiais	2013	2012	Variação
	Ton.	Ton.	
Vidro	1.118	1.246	-10,2%
Papel/Cartão	856	892	-4,04%
Embalagens	489	494	-0,01%
Total	2.463	2.632	-6,42%

Paralelamente foram desenvolvidas as seguintes actividades relacionadas com o Sistema:

- Início de transporte e tratamento de lixiviados produzidos no aterro para a ETAR de Ribeira de Moinhos;
- Requalificação de caixas de visita, colectores, requalificação e estabilização de taludes;
- Obtenção/renovação da licença ambiental do Aterro Sanitário da Raposa;



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
Rua Dionísio Saraiva, 2 - 1.º - porta 5, 2080-104 Almeirim
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matricula: 00001/050201
NIPC 504 871 650
Capital Social: € 50 000

Relatório de Gestão do Conselho de Administração – Ano 2013

- d) Realização de levantamentos topográficos no aterro e na lixeira encerrada;
- e) Caracterização de resíduos;
- f) Cumprimento do plano de lavagem de ecopontos;
- g) Formação aos trabalhadores;
- h) Monitorização das lixeiras encerradas;
- i) Continuação do desenvolvimento do Processo de Certificação de Qualidade;
- j) Realização de triagem de embalagens e de papel/cartão numa estação de triagem externa e encaminhamento para a Sociedade Ponto Verde.

Quanto aos processos de contra-ordenação:

Os processos de contra-ordenação referentes à Estação de Transferência de Coruche e Ecocentro do Cartaxo, após vistoria e pagamento da respectiva multa aplicada, mantêm-se pendentes nos Municípios respectivos por questões relacionadas com a compatibilidade dos Planos Directores Municipais (PDM) e consequentemente a obtenção das licenças para operação de gestão de resíduos. No caso do Município de **Coruche** já existe uma proposta de contrato de comodato que se encontra em análise na Associação de Municípios – RESIURB.

Quanto ao processo da Estação de Transferência de Salvaterra de Magos mantêm-se a ausência de licença para operações de gestão de resíduos e da licença para o furo de captação de águas subterrâneas.

Aguarda-se que a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos ultrapasse o litígio com proprietário do terreno, de modo a que a Ecoleziria possa dar continuidade ao licenciamento da Estação de Transferência.

Em 01 de Junho de 2011, a Ecoleziria recepcionou do Tribunal Judicial de Benavente uma citação onde é mencionado que esta e a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos devem reconhecer o direito de propriedade ao proprietário do terreno, devolve-lo tão breve quanto possível e indemnizar o proprietário desde 11 de Agosto de 2010 até à data de desocupação pelo valor de 3.000 €



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
Rua Dionísio Saraiva, 2 – 1.º - porta 5, 2080-104 Almeirim
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matrícula: 00001/050201
NIPC 504 871 650
Capital Social: € 50.000

mensais. No final de 2013, o passivo contingente não reflectido nas contas, respeitante à parte da Empresa, divulgado no anexo ascende a 60.000,00€.

Em 16 de Junho de 2011, a Empresa remeteu esta informação para o seu consultor jurídico para contestar a obrigação de pagamento. O processo continua em tramitação tendo já sido nomeadas testemunhas.

Processo Licença Ambiental e de Exploração do Aterro:

Dado que a Licença Ambiental n.º 83/2008 e a Licença Exploração n.º 33/2011 terminaram a sua vigência em Agosto de 2012, a Empresa de imediato deu entrada do processo de renovação das mesmas junto da CCDR – LVT.

Ora na análise do processo, problemas foram levantados por parte do Ordenamento do território que se prendem com a desafecção do PDM e da REN da área ocupada pelo aterro.

No sentido de solucionar o problema já foram realizadas várias reuniões entre a Ecoleziria, o Município de Almeirim e a CCDR-LVT no sentido de se ultrapassar esta questão que está a impedir a Renovação das Licenças mencionadas.

Em 2013 foram entregues no Município de Almeirim officios com o pedido extraordinário de desafecção da REN e do PDM do Município com delimitação da área ocupada pelo aterro e respectivas infra estruturas existentes no local com vista à emissão das respectivas desafecção e alteração.

Em 07 de Junho de 2013 foi publicado em Diário da República, Aviso n.º 7529/2013, a alteração do PDM na área de implantação do Centro de Tratamento Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Raposa. Em Setembro de 2013 foi paga a Taxa de Licenciamento de Aterro, no valor de 14.597,85 €, esperando –se para breve a emissão das respectivas Licenças.

Processo 318/13.2TBALR:

Em 12 de Abril de 2013 foi recepcionado na Empresa uma citação do Tribunal de Almeirim, por carta registada, com pedido de anulação de Deliberações Sociais. Tal processo foi instaurado para impugnar a deliberação da Assembleia Geral



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
Rua Dionísio Saraiva, 2 - 1.ª - porta 5, 2080-104 Almeirim
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matrícula: 00001/050201
NIPC 504 871 850
Capital Social: € 50 000

Relatório de Gestão do Conselho de Administração – Ano 2013

datada do dia 25 de Fevereiro de 2013, a qual visa alterar os artigos 5.º, n.º 1 alínea n) e 21.º aliena a) dos Estatutos da sociedade Ecoleziria, tendo por base vários fundamentos, entre eles, pela não verificação da maioria de dois terços para aprovar a deliberação em causa, como previsto no art.º 386, n.º 3 do Código das Sociedades Comerciais.

Posteriormente, em 31 de Julho de 2013, foi recepcionada do mesmo tribunal nova citação por carta registada – Processo 318/13.2TBALR-A, referente a procedimento cautelar, onde é solicitada a anulação de todos actos que tenham sido realizados ao abrigo do art.º 21.º a) dos novos Estatutos, tendo a Empresa apresentado contestação às duas citações.

Em 3 de Outubro de 2013 o Tribunal de Almeirim indeferiu, por manifesta improcedência, o procedimento cautelar.

Relativamente à anulação das Deliberações Sociais, em 30 de Janeiro de 2014, foi apresentado, pela Empresa, um requerimento no Tribunal Judicial de Almeirim a solicitar:

- que se junte aos autos um acordo de transacção realizado entre as partes em que as rés, RESIURB e Ecoleziria, reconhecem que as deliberações tomadas em Assembleia Geral no dia 25 de Fevereiro de 2013 são inválidas por terem sido tomadas sem o quórum legalmente exigível e que devem ser anuladas por força da sentença sobre o respectivo documento apresentado;
- que fique sem efeito a marcação da continuação da audiência prévia que estava agendada para o dia 12 de Fevereiro de 2014;

A conclusão foi proferida em 10 de Fevereiro de 2014 com a aceitação do que foi requerido pelas partes.

Clientes:

O cliente Armando Piedade da Silva, Lda apresentava no final do ano de 2013 uma imparidade acumulada no valor de 3.186,20 €, no entanto no decorrer deste ano efectuou pagamentos que totalizaram o valor de 5.064,85 €, tendo sido feita a reversão da correspondente perda por imparidade.



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
Rua Dionísio Saraiva, 2 – 1.º - porta 5, 2080-104 Almeirim
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matrícula: 00001/050201
NIPC 504 871 650
Capital Social: € 50 000

Em Conselho de Administração, reunido em 02 de Julho de 2013, foi deliberado o perdão dos juros de mora a todos os Municípios que regularizassem as suas dívidas até 31 de Julho de 2013. Beneficiaram desta decisão os municípios de Almeirim e de Benavente, cujo perdão de juros de mora foi, de 46.851€ e de 2.578,03 €, respectivamente.

Relativamente ao Município do Cartaxo o saldo patente na contabilidade à data de 31 de Dezembro de 2013 ascende a 1.763.886 €. Em Outubro de 2012 a empresa instaurou a este Município um processo de injunção, posteriormente convertida em processo judicial, que decore no 1.º Juízo do Tribunal do Cartaxo – Processo n.º 161238/12.YIPRT - no valor de 1.003.455 €, composto por 925.829,30 € de capital e 77.625,41 € de juros. Está marcada audiência prévia no Tribunal do Cartaxo para o dia 27 de Maio de 2014 pelas 10 horas.

Quanto ao PAEL, em 16 de Novembro de 2012 foi publicado no Diário da República, 2.ª série o Despacho n.º 14763-A/2012 da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças onde é referido que o Município aderiu ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei 43/2012, cujo pedido foi instruído com um plano de ajustamento financeiro que incorporou o plano de reequilíbrio financeiro, aprovado por deliberação da respectiva Assembleia Municipal, e se determina o seguinte:

- a aprovação do pedido de adesão ao Programa I do PAEL e aceite o Plano de Ajustamento Financeiro do Município;
- a autorização da concessão de um empréstimo pelo estado até ao valor de 17.667.910 euros com a maturidade de 20 anos;
- a autorização de celebração de um contrato de reequilíbrio financeiro, até ao valor de 27.332.090 euros, com qualquer instituição autorizada a conceder crédito.

Encontra-se publicado no sítio da Direcção Geral do Tesouro e Finanças o ponto de situação à data de 23 de Julho de 2013, dos Municípios que aderiram ao PAEL, constatando-se que o Município do Cartaxo é um dos municípios tem o contrato de financiamento contratualizado mas a aguardar o visto do Tribunal de Contas. Importa salientar que o financiamento em análise se reporta somente ao empréstimo do Estado.



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
Rua Dionísio Sarava, 2 - 1.º - porta 5, 2080-104 Almeirim
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matricúla: 00001/050201
NIPC 504 871 650
Capital Social: € 50.000

Relatório de Gestão do Conselho de Administração – Ano 2013

Em conclusão, o município do Cartaxo tem uma dívida perante a Empresa em 31 de Dezembro de 1.763.886 € a qual em 28 de Fevereiro de 2014 remonta a 1.836.415 €. Tendo em consideração que o PAEL não foi viabilizado e, conseqüentemente, não foi celebrado o contrato de reequilíbrio financeiro com uma instituição de crédito, e que o Município não possui qualquer plano para pagamento da dívida em mora, nem garante a liquidação das facturas correntes, dadas as dificuldades percebidas, a Empresa encontra-se perante a contingência de ter de vir a assumir perdas relacionadas com o não recebimento integral ou de parte dos créditos em dívida ou com o diferimento no tempo dos pagamentos.

INALENTEJO – Ponto de situação subsídios:

Central de Valorização Energética registando-se a retenção de parte dos pagamentos relativos à candidatura aprovada pela INALENTEJO, foram realizados diversos contactos com os representantes daquela instituição, tendo-se realizada uma reunião em Julho de 2012 na qual foram definidos os procedimentos necessários à reavaliação do projecto. Foi assim desenvolvido o estudo económico que demonstra a viabilidade económica e financeira do projecto apenas com base na comparticipação financeira. Este estudo, foi apresentado em Dezembro de 2012, conjuntamente com o cálculo do apuramento do défice de financiamento do projecto, ou seja para eventual apuramento de nova taxa de comparticipação tendo em conta as receitas geradas pelo projecto.

No decorrer do ano 2013 a candidatura transitou para o POVT e por comunicação dirigida à Ecolezíria será realizada auditoria a esta candidatura, estando a data ainda por definir.

Optimização da Recolha Selectiva – A candidatura transitou da INALENTEJO para o POVT. Em Dezembro de 2013 foi realizado estudo de viabilidade económica tendo o mesmo sido enviado para o POVT. Em Janeiro de 2014 foi feita auditoria à candidatura estando-se a aguardar o resultado da mesma.



Neste exercício foi corrigida a imputação de ambas as candidaturas de 80% para 60% em resultado da transição destas da INALENTEJO para o POVT, uma vez o POVT nos contratos realizados refere apenas a taxa de 60%.

FEES de gestão sobre a venda de energia

Por decisão da Assembleia Geral de 16 de Maio de 2013, vertida na acta nº 24 foi aprovado o pagamento de um FEE de gestão, sobre a venda de energia, de 2,5% a cada sócio privado e de 5% à Resiurb.

No Conselho de administração, nomeado para o quadriénio de 2014-2017, reunido em 30 de Janeiro de 2014, o seu Presidente, invocando o parecer do Dr. Marino Vicente, informou os restantes membros de que o Conselho de Administração da RESIURB deliberou pedir a revogação da deliberação da Assembleia Geral acima referida, com efeitos retroactivos ao início do pagamento, havendo lugar à reposição das verbas já pagas. Com base nesta posição do Conselho de Administração procedeu-se à anulação dos FEE's contabilizados, quer no presente período (74.147,36 €) quer nos anteriores (119.817,68 €), tendo a decisão sido ratificada por deliberação da Assembleia Geral de 27 de Fevereiro de 2014.

4. RECURSOS HUMANOS

Com referência a 31 de Dezembro de 2013, o quadro do pessoal da empresa desagrega-se funcionalmente da seguinte forma:

Quadro do Pessoal a 31 de Dezembro		
Função:	2013	2012
Administrador	1	1
Director Técnico	1	1
Responsável Administrativo	1	1
Administrativa	2	2
Encarregado Geral	1	1
Encarregado do Aterro	1	1
Motoristas	5	6
Cantoneiros	9	9
Porteiros	3	3
Total	24	25

É compromisso do Conselho de Administração reforçar de forma sustentada o quadro de pessoal, de modo a dotar a Ecolezíria dos recursos humanos necessários, permitindo assim garantir com eficácia o adequado funcionamento da Empresa, em respeito pela legislação em vigor.

5. INVESTIMENTO

Durante o ano de 2013, o investimento ascendeu a 20.666,28 euros e consistiu na aquisição dos seguintes equipamentos:

Designação	Valor
Máquina de lavar a quente Karcher	2.400,00
Grande reparação viatura serviço 51-EM-32	3.106,28
Sistema CCTV (Videovigilância)	5.180,00
2 contentores fechados de 30 m3	9.980,00
Total	20.666,28



6. PROVISÕES

No cumprimento da legislação ambiental em vigor, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 183/2009 de 10 de Agosto que revogou o Decreto-Lei n.º 152/2002 de 23 de Maio, foram reforçadas as provisões para as operações de selagem do aterro e da monitorização pós-encerramento, respectivamente em 106.132 € e 155.932 €. Com os reforços referidos a dotação total estimada das provisões já se encontra completamente reconhecida nas contas.

O estudo e orçamentação das operações acima referidas, no cumprimento da legislação em vigor, enviado ao Director Geral dos Impostos, em 2006, e os desenvolvimentos subsequentes abaixo descritos, sugere que os valores das provisões para selagem e monitorização do aterro sejam aceites como custo fiscal.

Contudo, em Maio de 2009 foi recepcionado da Direcção de Serviços de IRC o ofício n.º 11063, informando que o pedido formalizado anteriormente não teve enquadramento legal no Código IRC.

Entretanto no Orçamento do Estado para 2009, foi contemplada a alteração ao art.º 34.º n.º 1 f) do Código do IRC, passando a ser aceite o gasto de tais provisões para efeitos fiscais.

Foi também alterado o art.º 38.º n.º 5, que dispensa as empresas da constituição do referido fundo desde que seja prestada caução a favor da entidade que aprova o Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística.

Por o fundo constituído não estar dotado do valor exigido para fins fiscais, a empresa procedeu à constituição da respectiva caução a favor da CCDR-LVT, no valor de 122.348,24 € em Junho de 2009 e efectuou o requerimento à Direcção de Serviços do IRC, solicitando de acordo com o estipulado no artigo 71.º da Lei n.º 64-A/2008, a aceitação das provisões mencionadas para os anos de 2005,



2006, 2007 e 2008. Pelo ofício da Autoridade Tributária (AT), nº 13459, de 19/07/13, foi comunicada à Empresa a impossibilidade de repartir o saldo da provisão em causa pelos períodos de 2005 a 2007, sustentada no argumento de duplicação dos gastos fiscais. Contudo, no entendimento do departamento de fiscalidade do Fiscal Único, tal posição da AT não tem actualmente consequências práticas para a Empresa, já que o prazo para eventuais correcções foi ultrapassado por motivo de caducidade.

O fundo para fazer face às despesas a incorrer com as operações de encerramento e monitorização encontra-se em constituição, apresentando no final do ano o valor de 1.500.744 euros e não o da provisão constituída no valor de 3.483.667 euros, como seria objectivo da Administração, por força da continuada dificuldade de cobrança junto de algumas Câmaras.

Os valores finais das provisões para selagem do aterro e para monitorização ascende a 1.414.157 euros e a 2.069.510 euros, respectivamente.

A provisão para renovação de equipamento apresenta um valor de 0,00 €, após o reforço no período de 105.255 €, correspondente à percentagem de 5% sobre os valores facturados (excluído a facturação de energia proveniente da central de valorização Energética), por ter sido totalmente utilizada no período.

7. CONTROLO ORÇAMENTAL

No quadro seguinte pode-se observar comparativamente as metas orçamentais para o ano de 2013 e o que foi executado durante o período em análise:



RENDIMENTOS E GASTOS	Orçamento	Realizado	Desvio
Vendas e serviços prestados	3.256.437,69	3.142.937,02	(113.500,67)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(167.724,00)	(164.031,72)	3.692,28
Fornecimentos e serviços externos	(1.325.296,44)	(1.203.212,15)	122.084,29
Gastos com pessoal	(366.054,85)	(399.039,00)	(32.984,15)
Perdas por imparidade	0,00	5.064,85	5.064,85
Provisões (aumentos/reduções)	(280.205,59)	(262.063,94)	18.141,65
Outros rendimentos e ganhos	212.097,20	193.733,85	(18.363,35)
Outros gastos e perdas	(342.701,47)	(318.602,28)	24.099,19
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	986.552,54	994.786,63	8.234,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(398.250,20)	(445.492,07)	(47.241,87)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	588.302,34	549.294,56	(39.007,78)
Juros e gastos similares suportados	(39.350,98)	(23.399,71)	15.951,27
Resultado antes de impostos	548.951,36	525.894,85	(23.056,51)
Imposto sobre rendimento do período	(132.752,11)	(119.451,94)	13.300,17
Resultado líquido do período	416.199,25	406.442,91	(9.756,34)
Margem Líquida	12,78%	12,93%	

Analisando comparativamente as Vendas e Prestações de Serviços regista-se uma diferença de menos 113.501 €, tal redução refere-se à diminuição verificada nesta exercício com a venda de energia eléctrica e também à redução das toneladas depositadas em aterro pelos Municípios em cerca de 3%.

Quanto às perdas por imparidade neste exercício o cliente APS, Lda. liquidou cerca de 5064,85 € o que permitiu uma reversão do mesmo montante que à data da realização do Orçamento para 2013 não foi contemplada, dadas as dificuldades financeiras que apresentava.

Na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos existe uma redução de 18.363 € resultado da redução dos juros dos depósitos das aplicações financeiras existentes e também no acerto referente à imputação dos subsídios.

Quanto aos custos, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (gasóleo) apresenta um desvio pouco significativo de menos 3 692 €, relacionada com a oscilação de preços praticados.

A rubrica Fornecimentos e Serviços Externos apresenta um desvio de menos 122.084 € relacionado com a diminuição da venda de energia à EDP que



consequentemente também fez diminuir o valor correspondente à percentagem de 60% debitada pela Envigoras. Por outro lado foi também anulado o débito dos FEE sobre a facturação da energia à EDP realizado pelos accionistas privados e a estimativa contabilizada relativa ao sócio público

Outra principal diferença encontra-se na rubrica Rendas e Alugueres - Equipamento. Os valores orçamentados estão empolados pelo aluguer da Osmose Inversa ocorrido em 2012, já que os valores apresentados para o ano de 2013 apenas se referem ao aluguer de máquinas (giratória), dado que foi adquirida uma unidade de tratamento por Osmose Inversa.

Nos Gastos com o Pessoal houve um aumento de 32.984 € uma vez que os valores orçamentados não contemplavam o custo com os subsídios de férias e natal a pagar aos funcionários e posteriormente por força do Orçamento de Estado para 2013 foram aprovados os pagamentos dos subsídios ainda que, com os cortes aprovados no mesmo diploma.

Quanto aos Gastos com Depreciações, existe um desvio de mais 47.242 € que têm origem nos investimentos realizados posteriormente à realização do Orçamento para 2013 e cujo impacto no orçamento não se fez sentir, nomeadamente a aquisição da unidade de tratamento de lixiviados por Osmose Inversa, cujas depreciações estão reflectidas-se em todos os meses do ano em análise.

A rubrica de Provisões apresenta um desvio de 18.142 €, relacionado com à provisão para renovação de equipamento, que corresponde a 5% do valor da facturação (excluindo a facturação de energia à EDP), a qual diminui por via da redução da facturação. As provisões para selagem e monitorização terminaram em 30 de Junho de 2013.

Os Outros Gastos e Perdas apresentam um desvio de menos 24.099 €, devendo-se tal desvio ao facto de se ter orçamentado uma Taxa Gestão Resíduos de



4,64€/ton para 2013, quando, na realidade, a Taxa Gestão Resíduos para 2013 foi fixada pela Agência Portuguesa do Ambiente em 4,27 €/ton.

Os Gastos com Juros suportados evidenciam um desvio de menos 15.951 €. Estavam orçamentados investimentos nomeadamente, a aquisição de uma viatura de serviço em sistema de leasing e a realização da nova célula do aterro com recurso a empréstimo bancário e tais investimentos não se vieram a realizar, pelo que os custos com juros e despesas bancárias foi inferior ao orçamentado.

Existe também uma diferença nos valores referentes ao cálculo do imposto sobre o rendimento por o imposto apurado para 2013 estar deduzido do valor dos impostos diferidos, no montante de 20.807 €.

Deduziu-se também o benefício resultante do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI), nos termos do DL 49/2013 de 26/07, que corresponde a 20% dos investimentos realizados com a aquisição dos contentores fechados de 30 m3 e do sistema de Videovigilância.

Em conclusão, o Resultado Líquido em 2013 fixou-se em 406.443 € apresentando um desvio de menos 9.756 € face ao orçamentado.

8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A situação económica e financeira da empresa está reflectida no quadro que a seguir se apresenta:



Indicador	Ano 2013	Ano 2012	Varição
Vendas e Prestações de Serviços	3.142.937 €	3.454.435 €	-311.498 €
Resultado líquido	406.443 €	623.879 €	-217.436 €
Capitais próprios	1.134.831 €	1.098.410 €	36.421 €
Activo não corrente	3.545.869 €	3.962.301 €	-416.432 €
Activo corrente	3.030.176 €	2.982.371 €	47.805 €
Activo total	6.576.045 €	6.944.672 €	-368.627 €
Passivo não corrente	3.909.286 €	3.737.353 €	171.933 €
Passivo corrente	1.531.928 €	2.108.909 €	-576.981 €
Passivo total	5.441.214 €	5.846.262 €	-405.048 €

Analisando 2013 com o período homólogo, verifica-se uma quebra nas Vendas e Prestação de Serviços de 311.498 €. Esta diferença advém da diminuição da facturação de energia eléctrica, de 165.412 €, e dos recicláveis, de 107.950€.

Face à diminuição das Vendas e Prestações de Serviços e aumento de algumas das rubricas de gastos, como as depreciações, outros gastos e perdas e juros suportados, o Resultado Líquido apresenta uma diminuição de 217.436 € face ao ano transacto.

Apesar de o Resultado Líquido ter registado esta redução os Capitais Próprios aumentaram por efeito da constituição de Reservas (Legais e Outras) e Outras variações do Capital Próprio, por força da imputação de subsídios ao investimento, nomeadamente o correspondente aos ecopontos enterrados que ainda não tinha sido reconhecido por não existir segurança sobre a sua aceitação pela entidade gestora. Tal resolução veio a acontecer no decorrer do ano em análise.

O Activo não corrente reduziu-se em resultado da diminuição do valor dos activos fixos tangíveis em 424.681 €, dada a existência de bens que atingiram o fim da sua vida útil. Existiram também situações de abate de activos, nomeadamente de ecopontos de superfície, por se terem danificado sem recuperação possível.

No Activo corrente verificou-se um acréscimo essencialmente devido ao aumento da rubrica Caixa e Depósitos bancários e também da de Outras contas a receber.

Não obstante o Total do Activo apresentou uma diminuição de 368.628 face a 2012.

O Passivo não corrente apresenta um aumento de 171.943 € por força do aumento das Provisões conjugado com diminuição do Passivo por impostos diferidos relacionada com a imputação de subsídios e correcção da mesma por força da diminuição da comparticipação de 80% para 60%.

O Passivo Corrente diminuiu em 576.971 € devido à diminuição da Rubrica Outras Contas a Pagar, uma vez que a 31 de Dezembro de 2013 o valor Garantia a devolver à Envirogás apresenta um valor de 97.663 € e não 244.158 € (valor inicial). Por outro lado a conta de imputação do subsídio da candidatura da Optimização da Recolha Selectiva foi regularizada, uma vez que o subsídio já se encontra reconhecido no capital próprio na sua totalidade. Em consequência, também o Passivo Total registou uma diminuição face ao ano de 2012.

Rácios	Ano 2013	Ano 2012
Margem líquida	12,9%	18,1%
Liquidez geral	1,98	1,41
Autonomia financeira	17,3%	15,8%
Solvabilidade	20,9%	18,8%
Rentabilidade dos capitais próprios	35,8%	56,8%
Rentabilidade do Activo Total	6,2%	9,0%
Prazo Médio de Recebimento (dias)	247	219

Analisando os rácios verifica-se que a margem líquida baixou de 18,1% para 12,9% em consequência da descida do Resultado Líquido.

O rácio de liquidez geral aumentou em 0,57 pontos percentuais (p.p), apresentando-se favorável uma vez que o seu aumento está relacionada com a diminuição do passivo corrente e ao aumento das Disponibilidades da Empresa (caixa e depósitos bancários e outras contas a receber).



O rácio de autonomia financeira apresenta um aumento de 1,5 p.p. devido ao aumento das rubricas de capital próprio e á diminuição do activo, ou seja em 2013 a proporção de capital próprio que financia o activo é de 17,3%.

Relativamente à Solvabilidade o rácio apresenta um aumento de 2,1 p.p., tendo contribuído para tal a diminuição do passivo e o aumento do capital próprio, ou seja proporcionalmente os capitais próprios da empresa suportam em 20,9% o passivo da empresa.

A rentabilidade dos capitais próprios apresenta uma diminuição de 21 p.p. Esta diminuição está relacionada com a diminuição do Resultado Líquido da Empresa.

A rentabilidade do Activo também diminuiu em 2,8 p.p por força da diminuição quer do Resultado Líquido quer do Activo Total.

Por ultimo, o prazo médio de recebimentos que neste exercício apresenta um aumento de 28 dias em relação a 2012, apesar dos esforços realizados registou-se o cumprimento dos prazos pela maioria dos clientes, no entanto ainda não foi possível reverter a situação do Município do Cartaxo cujo montante em mora representa 79% da dívida total à data de 31 de Dezembro de 2013.

9. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Com base em decisão do Conselho de Administração, ratificada na Assembleia Geral de 27 de Fevereiro de 2014, foram anulados os gastos relativos a FEE's sobre a venda de energia, no montante global de 193.965,04 €, contabilizados durante o período.

Em 10 de Fevereiro de 2014 foi proferida conclusão pelo Tribunal Judicial de Almeirim, sobre o Acordo de Transacção junto ao processo 318/13.2TABLR (ver página 11 deste relatório).

10. PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2014

A Empresa vai direccionar a sua actuação, por forma a assegurar as condições adequadas ao exercício da sua actividade, tendo por objectivo afirmar-se como uma entidade de referência para a concepção, investimento e gestão em serviços de recolha e tratamento de RSU's.

Por outro lado, a Empresa direccionar a sua actuação para o aproveitamento dos materiais susceptíveis de encaminhamento para reciclagem.

É intenção da Empresa promover a sensibilização junto dos Municípios no sentido de haver um aumento da reciclagem e desvio de matéria orgânica a ser tratada em aterro.

Mantém-se como principais metas para o ano de 2014, as seguintes:

- a) Realização de campanhas de sensibilização com vista ao aumento de reciclagem por parte dos Municípios;
- b) Obtenção das licenças ambiental e de exploração;
- c) Promoção do aumento da eficácia da Recolha Selectiva;
- d) Intensificação do esforço de cobrança junto dos Municípios e de outros devedores com pagamentos em atraso;
- e) Promoção da formação adequada dos trabalhadores da empresa;

11. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADO

Nos termos e para cumprimento do estabelecido na alínea f), n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o Conselho de Administração propõe que, o Resultado Líquido no montante de 406.442,91 € (quatrocentos e



seis mil quatrocentos e quarenta e dois euros e noventa e um cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	40.644,29 €
Reserva Livre	60.966,44 €
Distribuição aos accionistas	304.832,18 €

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

A empresa não tem dívidas perante a Segurança Social, o Estado e os Trabalhadores, em situação de mora.

A empresa não possui sucursais.

A empresa não detém, adquiriu ou alienou acções próprias, durante o ano de 2013.

Não ocorreram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus Administradores, no decorrer do ano de 2013.

Almeirim, 27 de Março de 2014

O Conselho de Administração

Pedro Miguel César

Ribeiro

Dionísio Simão

Mendes

Nuno Kol de Carvalho



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO ANO DE 2013

1 - Participações detidas por membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização:

Para efeitos do nº 5 do artº 447 do C.S.C. refere-se que nenhum dos membros do Conselho de Administração e Fiscal Único, detêm acções do capital social da empresa.

2 - Participações detidas por accionistas:

Nos termos do nº 4 do artº 448º do C.S.C. referem-se seguidamente os accionistas titulares de acções, no final do exercício, representativas do capital social:

Accionista	Nº Acções	Série	Valor (€)
Resiurb	1020	A	25.500
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	490	B	12.250
Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.	490	B	12.250

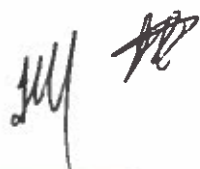
Almeirim, 27 de Março de 2014

O Conselho de Administração

Pedro Miguel César
Ribeiro

Dionísio Simão
Mendes

Nuno Kol de Carvalho



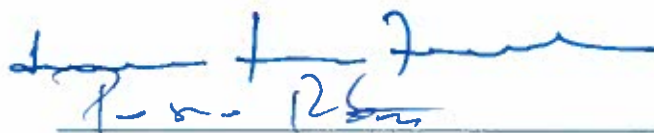
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2013


RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2013	31.12.2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	1.998.412,40	2.423.094,14
Activos intangíveis	6	45.075,33	25.187,58
Outros activos financeiros	16	1.500.743,69	1.510.743,69
Activos por impostos diferidos	15	1.638,00	3.276,01
		3.545.869,42	3.962.301,42
Activo corrente			
Inventários	10	2.642,09	8.626,32
Clientes	17	2.257.639,62	2.285.757,16
Estado e outros entes públicos	19	17.587,95	5.264,94
Outras contas a receber	17	160.087,52	112.112,27
Diferimentos	19	4.148,60	23.888,76
Caixa e depósitos bancários	4	588.070,12	546.721,26
		3.030.175,90	2.982.370,71
Total do ACTIVO		6.576.045,32	6.944.672,13
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	17	50.000,00	50.000,00
Reservas legais		210.419,54	148.031,67
Outras reservas		395.346,13	270.570,39
Resultados transitados		(146.610,18)	(78.754,56)
Outras variações no capital próprio	13	219.233,00	84.683,89
Resultado líquido do período		406.442,91	623.878,70
Total do Capital Próprio		1.134.831,40	1.098.410,09
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	12	3.483.667,00	3.221.603,06
Financiamentos obtidos	9	346.576,07	485.218,14
Passivos por impostos diferidos	15	79.043,20	30.532,29
		3.909.286,27	3.737.353,49
Passivo corrente			
Fornecedores	17	425.411,77	293.401,58
Estado e outros entes públicos	19	36.596,09	73.451,65
Financiamentos obtidos	9	137.476,14	208.733,99
Outras contas a pagar	17	624.312,96	1.269.943,33
Diferimentos	19	308.130,69	263.378,00
		1.531.927,65	2.108.908,55
Total do Passivo		5.441.213,92	5.846.262,04
Total do Capital Próprio e do Passivo		6.576.045,32	6.944.672,13

Unidade Monetária: Euros

Almeirim, 27 de Março de 2014

O Conselho de Administração



O TOG

 n.º 682/fe



Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	11	3.142.937,02	3.454.435,36
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	(164.031,72)	(157.824,51)
Fornecimentos e serviços externos	19	(1.203.212,15)	(1.339.183,98)
Gastos com pessoal	19	(399.039,00)	(390.120,06)
Perdas por imparidade	17	5.064,85	2.500,00
Provisões (aumentos/reduções)	12	(262.063,94)	(259.267,69)
Outros rendimentos e ganhos	19	193.733,85	170.468,26
Outros gastos e perdas	19	(318.602,28)	(313.470,80)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		994.786,63	1.167.536,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7,8	(445.492,07)	(406.682,68)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		549.294,56	760.853,90
Juros e gastos similares suportados	17	(23.399,71)	(16.430,86)
Resultado antes de impostos		525.894,85	744.423,04
Imposto sobre rendimento do período	15	(119.451,94)	(120.544,34)
Resultado líquido do período		406.442,91	623.878,70
Resultado por acção básico		203,22	311,94
Margem Líquida		12,93%	18,06%

Unidade Monetária: Euros

Almeirim, 27 de Março de 2014

O Conselho de Administração

O TOC



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
 Rua Dionísio Saraiva, 2 - 1.º - porta 5, 2080-104 Almeirim
 Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
 Nº Matricial: 00001/050201
 NIPC 504 871 650
 Capital Social: € 50.000

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2012

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Préstimos suplantados e outros instrumentos de capital próprio	Premiações de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Alterações em ativos financeiros	Exatras de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
1 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012		50.000,00				119.124,90	227.210,24	223.548,00			325.863,93		943.645,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primária adição de novo referencial contabilístico	15							(13.233,75)			85.528,00		72.294,91
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos e tangíveis e intangíveis													
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivos variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
a) Aplicação dos resultados	13					28.908,77	43.360,15	(72.268,92)			(328.808,70)		(328.808,70)
a) Subscrito para investimento													
						28.908,77	43.360,15	(85.500,87)			(241.280,04)		(254.513,79)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2											823.878,70	823.878,70
RESULTADO INTEGRAL	3											823.878,70	823.878,70
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4+2+3												360.384,91
Realização de capital													
Realização de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
								(216.800,77)					(216.800,77)
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	5					148.031,67	270.570,39	(216.800,77)			84.863,86		(216.800,77)
	6=4+2+3+5	50.000,00				148.031,67	270.570,39	(78.754,56)			84.863,86		1.098.410,09

[Handwritten signature]

OUTOS
[Handwritten signature]
 n.º 68270

O Conselho de Administração
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Almeirim, 27 de Março de 2014



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
 Rua Dionísio Saraiva, 2 - 1.ª - porta 5, 2080-104 Almeirim
 Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
 N.º Matricial: 000017050201
 NIPC 504 871 650
 Capital Social: € 50.000

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2013

DESCRIÇÃO	6	7	8	9-7+8	10	11=6-7+8-10	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Premissas suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em valores transacionados	Exercícios de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013							50.000,00				148.031,87	270.570,39	545.124,14			84.683,69		1.098.410,09
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																		
Primitiva adoção de novo referencial contabilístico																		
Alterações de políticas contabilísticas																		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																		
Realização do acréscimo de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																		
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																		
Ajustamentos por impostos e diferidos																		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																		
a Aplicação de resultados											62.387,87	124.775,74	(187.163,61)					
a Substituição para investimento											62.387,87	124.775,74	(45.410,52)			183.080,02		137.849,50
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																	408.442,91	66.963,49
REBULTADO INTEGRAL																	408.442,91	408.442,91
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																	408.442,91	473.138,40
Realizações de capital																		
Realizações de prémios de emissão																		
Distribuições																		
Entradas para coberturas de períodos																		
Outras operações																		
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013							50.000,00				210.419,54	386.346,13	(149.610,19)			219.233,00	408.442,91	1.134.831,40

Almeirim, 27 de Março de 2014

O Conselho de Administração

Renato Ribeiro

O TDC
Aldeberto
 n.º 68270

[Handwritten signature]



Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		2013	2012
Recebimentos de clientes	+	3.170.556,37	3.424.426,78
Pagamentos a fornecedores	-	1.318.215,47	1.605.723,61
Pagamentos ao pessoal	-	395.987,44	390.745,93
Fluxo gerado pelas operações		1.456.353,46	1.427.957,24
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-167.649,51	-34.089,49
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacio	-	-394.954,51	-129.717,14
Fluxos das actividades operacionais (1)		893.749,44	1.264.150,61
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros		0,00	505.000,00
Activos Fixos Tangíveis		296.258,10	1.296.956,74
Activos Intangíveis		20.075,30	25.000,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		10.000,00	0,00
Activos Fixos Tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios para investimentos		72.439,39	254.172,00
Juros e rendimentos similares		51.188,97	57.393,12
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		-182.705,04	-1.515.391,62
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	660.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		209.899,92	163.300,89
Juros e gastos similares		23.080,53	15.607,28
Dividendos		436.715,09	484.122,14
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-669.695,54	-3.030,31
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		41.348,86	-254.271,32
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		546.721,26	800.992,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período		588.070,12	546.721,26

Almeirim, 27 de Março de 2014

O Conselho de Administração

O TOC



Anexo

1. Identificação da entidade

A empresa Ecoleziria – Empresa Intermunicipal para Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, é uma empresa intermunicipal constituída em 15 de Dezembro de 2004, com sede social na Rua Dionísio Saraiva n.º 2, 1.º, porta 5 em Almeirim, tendo como actividade principal a recolha, tratamento de resíduos não perigosos e valorização de resíduos sólidos urbanos.

A Ecoleziria, EIM tem como empresa-mãe, com uma participação de 51%, a RESIURB – Associação de Municípios para Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos com sede social em Almeirim, sendo constituída pelos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos.

Participam também no capital da Ecoleziria, EIM, com 24,5% do capital social cada, a SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A, cuja actividade é recolha e tratamento e valorização de resíduos não perigosos e a Lena Ambiente - Energia e Ambiente, S.A., cuja actividade principal é a gestão e exploração de infra-estruturas ao nível do ambiente e saneamento básico.

No dia 15 de Janeiro de 2014, foram nomeados em Assembleia Geral os membros dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2014-2017.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações desenvolvidas pela Empresa, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística.

Sempre que não exista outra referencia os montantes encontram-se expressos em euros.

Anexo

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o período anterior

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010, para a elaboração de demonstrações financeiras, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

Todas as contas das demonstrações financeiras são comparáveis com o período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

- Activos Intangíveis

Os activos intangíveis correspondem essencialmente a programas de computador e propriedade industrial e outros direitos, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes activos são amortizados a partir do momento em que os activos estejam concluídos ou em estado de uso pelo método de quotas constantes em duodécimos, de forma consistente, durante um período que varia entre três e cinco anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Anexo

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que possam ser mensurados com fiabilidade.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o activo estiver disponível para uso, pelo método de quotas constantes em duodécimos de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Descrição	Anos
Edifícios e Outras Construções	4-10
Equipamento Básico	4-7
Equipamento de Transporte	4-8
Equipamento Administrativo	3-8
Outros Activos Fixos Tangíveis	4-5

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição.

- Locações

Nas locações financeiras o valor do bem está registado no balanço como activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica "Financiamentos Obtidos" e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos. A depreciação do activo é registada como gasto na demonstração de resultados do período a que respeita.

- Inventários

As matérias consumidas encontram-se valorizadas ao custo médio.

- Imparidade de activos

A Empresa avalia à data do balanço se há algum indício de que um activo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o activo se encontra

Anexo

registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

- Instrumentos Financeiros

- **Dívidas de terceiros** - são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

- **Empréstimos** - o empréstimo está registado no passivo ao custo, deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos. Designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efectiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

- **Dívidas a terceiros** - as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

- **Caixa e depósitos bancários** - os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem e depósitos a prazo, que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos como activo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilize ou movimentação, são reconhecidos no activo não corrente.

- Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Anexo

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como:

- (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os activos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem á possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A empresa não reconhece activos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

- **Matérias Ambientais**

As entidades nacionais têm a obrigação legal de evitar, reduzir e repara os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua actividade.

As responsabilidades da empresa neste âmbito encontram-se disciplinadas pelo Decreto-Lei 183/2009, de 10 de Agosto, alterado pelo D.L. 84/2011 de 20 de Junho.



Anexo

- Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a pagar e a receber" ou "Diferimentos".

- Rédito

O rédito relativo a vendas e a prestações de serviços, decorrentes da actividade da empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que foi fixado entre as partes contraentes numa base de independência.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo.

- Subsídios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos necessários.

- Imposto sobre o rendimento do período

A empresa encontra-se sujeita a Impostos sobre o Rendimento de Pessoal Colectivas à taxa de 25%, que pode ser incrementada pela taxa de Derrama, a aplicar nos termos do art.º 14 da Lei 2/2007 de 15/01. Para efeito da presente informação financeira foi considerada a taxa de Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%. Adicionalmente, nas situações previstas no art.º 88 do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam de 5% a 60% consoante os casos, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Anexo

Os impostos do rendimento reconhecidos como gastos do período, abrangido pelas presentes demonstrações financeiras, encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5.º do Decreto-lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, onde determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, teve início em 2010.

- **Benefícios a empregados**

Os benefícios de curto prazo a empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, que por decisão unilateral da empresa, quer por mútua acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

- **Eventos Subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informações adicionais sobre as condições que existiam à data de balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data de balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data de balanço, quando materiais, são divulgados no Anexo.

3.2. **Outras políticas contabilísticas relevantes**

- **Resultados por acção**

Os resultados por acção são calculados dividindo o resultado líquido pelo n.º de acções em circulação.

Anexo

- Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método directo. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósito à ordem depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Ecoleziria utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras, incluem:

- vidas úteis dos activos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Eventuais alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospectiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Anexo

4. Fluxos de Caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Designação	31.12.2013	31.12.2012
Caixa		
Caixa	642,08 €	442,60 €
Depósitos Bancários		
Depósitos á Ordem	587.428,04 €	546.278,66 €
Depósitos a Prazo	0,00 €	0,00 €
Total	588.070,12 €	546.712,26 €

5. Partes Relacionadas

5.1. Relacionamentos com a empresa – mãe:

a-) Nome da empresa mãe: Resiurb – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão:

Descrição	2013	2012
Remunerações:		
Raul Arranzeiro Figueiredo	21.346,07 €	26.564,72 €
Rui Manuel Nunes Brites	20.574,04€	22.265,27 €
Total	41.920,11 €	48.829,99 €

5.3. Transacções entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

Anexo

Partes Relacionadas	
Empresa-mãe	Resiurb - Associação de Municípios par o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos
Outras detentoras de capital	Lena - Ambiente, Energia e Ambiente, S.A.
	Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.
Outras entidades	Suma Matosinhos, S.A.
	Lena Agregados, S.A.
	TRIU - Técnicas Resíduos Industriais e Urbanos, S.A.
	Equimetra - Equipamentos, Metalomecânica e Transportes, S.A.

b-) Transacções e saldos pendentes

	Saldos 31.12.2013 Operacionais		Transacções 2013			Saldos 31.12.2012 Operacionais		Transacções 2012		
	Saldos Pendentes		Compra de bens	Prestação de Serviços	Outras	Saldos Pendentes		Compra de bens	Prestação de Serviços	Outras
	Activos	Passivos				Activos	Passivos			
Empresas Relacionadas										
Empresa-Mãe										
RESIURB	0,00	55.591,16	0,00	0,00	70.989,52	0,00	0,00	0,00	0,00	21.491,30
	0,00	55.591,16	0,00	0,00	70.989,52	0,00	0,00	0,00	0,00	21.491,30
Empresas Associadas										
Lena Ambiente, SA	0,00	29.543,68	0,00	52.626,18	0,00	0,00	49.032,73	0,00	56.956,54	0,00
SUMA, SA	0,00	23.668,13		52.626,18	1.449,62	0,00	48.541,17	0,00	56.956,54	0,00
	0,00	53.211,81	0,00	105.252,36	1.449,62	0,00	97.573,90	0,00	113.913,08	0,00
Outras Empresas										
Suma Matosinhos, SA	0,00	3.834,38	0,00	6.998,49	0,00	0,00	4.380,71	0,00	7.123,10	0,00
Lena Agregados, SA	0,00	491,62	4.001,54	0,00	0,00	0,00	2.394,41	3.792,90	0,00	0,00
TRIU, SA	0,00	38.740,30	0,00	108.742,35	0,00	845,22	24.576,50	0,00	70.034,84	0,00
Equimetra, SA	0,00	7.939,70	0,00	25.830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	51.006,00	4.001,54	141.570,84	0,00	845,22	31.351,62	3.792,90	77.157,94	0,00

6. Activos Intangíveis

6.1. Divulgação para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos gerados internamente e outros activos intangíveis

- Não há activos intangíveis gerados internamente
- As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Anexo

Activos Intangíveis	Vida Útil	Taxa de Amortização
Software de computadores	3 Anos	33,33%

- c) Os elementos dos activos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método das quotas constantes por duodécimos durante um período que varia entre três e cinco anos.
- d) Os movimentos na rubrica activos intangíveis durante ao ano 2013 e em 2012 são os que se seguem:

Quantia escriturada bruta	Saldo final 31.12.2012	Adições	Alienações	Abates	Transf.	Saldo final 31.12.2013
Activos Intangíveis						
Programas de computador	11.193,90					11.193,90
Prop.Industrial e outros direitos	11.003,00			-11.003,00		0,00
Activos em curso	25.000,00	20.075,30				45.075,30
	47.196,90	20.075,30	0,00	-11.003,00	0,00	56.269,20

Amortizações Acumuladas	Saldo final 31.12.2012	Adições	Alienações	Abates	Transf.	Saldo final 31.12.2013
Activos Intangíveis						
Programas de computador	11.006,32	187,55				11.193,87
Prop.Industrial e outros direitos	11.003,00			-11.003,00		0,00
	22.009,32	187,55	0,00	-11.003,00	0,00	11.193,87

Quantia escriturada bruta	Saldo inicial 31.12.2011	Adições	Alienações	Abates	Transf.	Saldo final 31.12.2012
Activos Intangíveis						
Programas de computador	11.193,90					11.193,90
Prop.Industrial e outros direitos	11.003,00					11.003,00
Activos em curso	0,00	25.000,00				25.000,00
	22.196,90	25.000,00	0,00	0,00	0,00	47.196,90

Amortizações Acumuladas	Saldo inicial 31.12.2011	Adições	Alienações	Abates	Transf.	Saldo final 31.12.2012
Activos Intangíveis						
Programas de computador	10.756,36	249,96				11.006,32
Prop.Industrial e outros direitos	9.719,20	1.283,80				11.003,00
	20.475,56	1.533,76	0,00	0,00	0,00	22.009,32

7. Activos Fixos Tangíveis

7.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração

Os activos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo.

b) Método de depreciação usado



Anexo

A empresa deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

Descrição	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e Outras Construções	4-30	3,33%-10,00%
Equipamento Básico	4-7	14,28%-25,00%
Equipamento de Transporte	4-8	12,50%-25,00%
Equipamento Administrativo	3-8	12,50%-33,33%
Outros Activos Fixos Tangíveis	4-5	25,00%-20,00%

d/e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

Quantia escriturada bruta	Saldo final 31.12.2012	Adições	Alienações	Abates	Transf.	Saldo final 31.12.2013
Activos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	134.659,87					134.659,87
Equipamento básico	2.608.752,04	9.980,00		-2.169,50		2.616.562,54
Equipamento de transporte	574.652,67	3.106,28				577.758,95
Equipamento Administrativo	28.822,31	5.180,00				34.002,31
Outros activos fixos tangíveis	13.036,87	2.400,00				15.436,87
Em curso	24.000,00	0,00				24.000,00
	3.383.923,76	20.666,28	0,00	-2.169,50	0,00	3.402.420,54

Depreciações Acumuladas	Saldo final 31.12.2012	Adições	Alienações	Abates	Transf.	Saldo final 31.12.2013
Activos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	103.175,15	10.445,76				113.620,91
Equipamento básico	592.281,03	356.193,76		-2.126,00		946.348,79
Equipamento de transporte	235.483,07	71.837,57				307.320,64
Equipamento Administrativo	19.499,43	4.224,91				23.724,34
Outros activos fixos tangíveis	10.390,94	2.602,52				12.993,46
	960.829,62	445.304,52	0,00	-2.126,00	0,00	1.404.008,14



Anexo

Quantia escriturada bruta	Saldo Inicial 31.12.2011	Adições	Alienações	Abates	Transf.	Saldo final 31.12.2012
Activos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	134.659,87					134.659,87
Equipamento básico	1.609.934,89	497.700,00		-1.727,85	502.845,00	2.608.752,04
Equipamento de transporte	401.652,67	173.000,00				574.652,67
Equipamento Administrativo	25.273,97	4.688,34		-1.140,00		28.822,31
Outros activos fixos tangíveis	13.036,87					13.036,87
Em curso	579.445,00	24.000,00			-579.445,00	24.000,00
	2.764.003,27	699.388,34	0,00	-2.867,85	-76.600,00	3.383.923,76

Depreciações Acumuladas	Saldo inicial 31.12.2011	Adições	Alienações	Abates	Transf.	Saldo final 31.12.2012
Activos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	92.729,39	10.445,76				103.175,15
Equipamento básico	272.468,45	320.967,78		1.155,20		592.281,03
Equipamento de transporte	167.769,67	67.713,40				235.483,07
Equipamento Administrativo	15.957,25	3.858,82		316,64		19.499,43
Outros activos fixos tangíveis	8.227,78	2.163,16				10.390,94
	557.152,54	405.148,92	0,00	1.471,84	0,00	960.829,62

7.2. Compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis:

A empresa tem um empréstimo de m/l prazo na Caixa Geral de Depósitos, efectuado para aquisição de um camião com grua afecto à recolha selectiva e um camião para transporte de resíduos entre as Estações de Transferência e o aterro sanitário e respectivos contentores.

	31.12.2013	31.12.2012
Empréstimo n.º 5737291	7.034,20 €	91.444,60 €
Total	7.034,20 €	91.444,60 €

8. **Locações**

Quantia escriturada líquida em 31/12/2013 e 31/12/2012:

	31.12.2013	31.12.2012
Equipamento Básico	355.426,53 €	458.444,97 €
Equipam. de transporte	121.591,48 €	170.417,17 €
	477.018,01 €	628.862,14 €



Anexo

Bem	Valor de Aquisição	Depreciações	Valor líquido	Início contrato	Fim contrato
Unidade de tratamento de lixiviado por Osmose Inversa	392.000,00 €	74.636,80 €	317.363,20 €	15-09-2012	15-09-2017
2 Gruas Palfinger	95.000,00 €	21.770,83 €	73.229,17 €	15-03-2012	15-03-2017
2 Camiões para recolha selectiva	173.000,00 €	39.645,85 €	133.354,15 €	15-03-2012	15-03-2017
Vlatura 70-LU-88	22.455,26 €	12.631,09 €	9.824,17 €	01-10-2011	30-09-2016

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e 2013 são detalhados como se segue:

Pagamentos mínimos não canceláveis	2013	2012
Até 1 ano	130.441,94 €	78.890,49 €
Entre 1 ano e 5 anos	346.576,07 €	523.617,04 €
A mais de 5 anos	0,00 €	0,00 €
Total de futuros pagamentos mínimos	477.018,01 €	602.507,53
Pagamento de juros futuros	23.114,38	67.983,83

9. Custo de empréstimos obtidos

9.1. Política contabilística adoptada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos e juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo

10. Inventários

10.1 Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

A empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado.

10.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas:

Anexo

Inventários	31.12.2013	31.12.2012
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.642,09 €	8.626,32 €

10.3 Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período:

	31.12.2013	31.12.2012
	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	
Inventário inicial	8.626,32 €	5.563,45 €
Compras	177.773,97 €	180.398,86 €
Regularização de inventários	-19.726,48 €	-19.511,48 €
Inventário final	2.642,09 €	8.626,32 €
Gastos do período (CMVMC)	164.031,72 €	157.824,51 €

11. Réditos

11.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

A empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Vendas – são reconhecidas na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado da gestão com grau associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.
- b) Prestações de Serviços – são reconhecidas na demonstração de resultados com referência ao final de cada mês de serviço prestado.

Anexo

11.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Designação	2013	2012
Mercado Interno:		
Vendas	1.089.373,45 €	1.362.721,46 €
Prestações de Serviços	2.053.563,57 €	2.091.713,90 €
	3.142.937,02 €	3.454.435,36 €
Juros	56.535,64€	58.837,97 €
Royalties		
Dividendos		
Total	3.199.472,66 €	3.513.273,33 €

A totalidade das vendas e das prestações de serviços foram realizadas no mercado interno.

Vendas	2013	2012
Vidro	39.080,65	43.523,90
R.E.E.E.'s	240,00	240,00
Esferovite	13.644,48	9.838,08
PET	60.265,56	51.254,64
Filme Plástico	45.296,16	45.559,68
Plásticos Mistos	42.783,60	21.541,15
Papel/Cartão - Embalagem	57.366,33	61.242,30
Papel/Cartão - Não Embalagem	31.955,30	28.853,99
PEAD	27.742,80	59.509,25
ECAL	15.743,45	75.368,07
Pilhas	263,37	217,84
RCD's	917,88	2.931,54
Óleos Alimentares Usados	448,50	1.314,00
Outros Resíduos	243,29	17.162,26

Anexo

Sucata	0,00	5.662,80
Plástico Rígido/Agrícola	11.908,50	31.633,50
Energia Eléctrica	741.473,58	906.885,86
TOTAL	1.089.373,45	1.362.721,46

12. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

12.1 Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

Contas	Saldo inicial 31.12.2012	Aumento	Utilização	Reversão	Alteração taxa de desconto	Saldo Final 31.12.2013
295 - Matérias Ambientais						
Selagem do aterro	1.308.024,98	106.132,02	0,00	0,00	0,00	1.414.157,00
Monitorização pós encerramento do aterro	1.913.578,08	155.931,92	0,00	0,00	0,00	2.069.510,00
Renovação de equipamento	0,00	105.255,11	0,00	105.255,11	0,00	0,00
TOTAL	3.221.603,06	367.319,05	0,00	105.255,11	0,00	3.483.667,00

Contas	Saldo inicial 31.12.2011	Aumento	Utilização	Reversão	Alteração taxa de desconto	Saldo Final 31.12.2012
295 - Matérias Ambientais						
Selagem do aterro	1.102.629,98	205.395,00	0,00	0,00	0,00	1.308.024,98
Monitorização pós encerramento do aterro	1.613.557,08	300.021,00	0,00	0,00	0,00	1.913.578,08
Renovação de equipamento	229.048,31	113.916,12	0,00	342.964,43	0,00	0,00
Sub-Total	2.945.235,37	619.332,12		342.964,43	0,00	3.221.603,06
298 - Outras Provisões						
Provisão por notificação IGAOT	17.100,00	0,00	0,00	17.100,00	0,00	0,00
TOTAL	2.962.335,37	619.332,12	0,00	360.064,43	0,00	3.221.603,06

Com o intuito de cumprir a legislação em vigor nomeadamente o estipulado no Decreto-lei 183/2009 de 10 de Agosto a empresa constitui as seguintes provisões:

- **Provisão para selagem do Aterro:** estima-se que esta operação ascenda ao montante de 1.200.000 € (valor a preços de 2005), sendo 1.414.157 € a preços correntes e destina-se a fazer face aos encargos a incorrer no fim da vida útil da infra-estrutura, no cumprimento do Decreto-Lei n.º 183/2009 de 10 de Agosto, alterado pelo D.L. 84/2011 de 20 de Junho, que revoga o Decreto-Lei n.º 152/2002.

Anexo

A dotação desta provisão tem por base a quota-parte de volume consumido do Aterro no corrente exercício face à capacidade disponível.

O montante da provisão a imputar anualmente é actualizado com a taxa de inflação aplicável ao ano em causa.

- **Provisão para monitorização pós-encerramento do Aterro:** estima-se que esta operação ascenda ao montante anual de 40.000 € (a preços de 2005), sendo de 47.139 a preços correntes, e destina-se a fazer face aos encargos a incorrer após o final da vida útil da infra-estrutura, no cumprimento do Decreto-Lei n.º 183/2009 de 10 de Agosto que foi alterado pelo D. L. 84/2011 de 20 de Junho.

A dotação desta provisão tem por base a quota-parte de volume consumido do Aterro no corrente exercício face à capacidade disponível.

O montante da provisão a imputar anualmente é actualizado com a taxa de inflação aplicável ao ano em causa.

De salientar que com os reforços efectuados no presente período a dotação total estimada das provisões, relacionadas com o aterro, já se encontra completamente reconhecida nas contas.

Foi efectuado um estudo com a orçamentação das operações referidas e enviado ao Director Geral de Impostos em 2006, solicitando que as mesmas fossem aceites como custo fiscal. Em Maio de 2009 foi recepcionado o ofício n.º 11063 da Direcção de Serviços de IRC, comunicando o indeferimento efectuado anteriormente por não ter enquadramento legal no Código de IRC.

Entretanto com a aprovação do Orçamento do Estado para 2009, foram alterados os artigos 34 e 38 do Código o IRC, no sentido de mencionar especificamente as provisões constituídas pelas empresas de tratamento e eliminação de resíduos que se destinem a fazer face a encargos coma recuperação paisagística e ambiental dos locais afectos á exploração, sempre que tal seja obrigatório e após a cessação desta. Foi ainda introduzida uma disposição transitória a fim de serem aceites a provisões efectuadas em anos anteriores, desde 2004, através de requerimento ao Ministério das Finanças até 26 de Junho de 2009.

Assim em 22 de Junho de 2009 a Ecolezíria enviou o referido requerimento ao abrigo da disposição transitória no sentido de serem aceites as provisões realizadas de 2005 a 2008,



Anexo

Pelo ofício da Autoridade Tributária (AT), nº 13459, de 19/07/13, foi comunicada à Empresa a impossibilidade de repartir o saldo da provisão em causa pelos períodos de 2005 a 2007, sustentada no argumento de duplicação dos gastos fiscais. Contudo, tal posição da AT não tem actualmente consequências práticas para a Empresa, já que o prazo para eventuais correcções foi ultrapassado por motivo de caducidade, pelo que a situação se encontra regularizada.

A empresa constitui ainda a seguinte provisão de acordo com o definido Acordo de Gestão e Assistência Técnica:

- **Provisão para renovação de equipamento:** destina-se a fazer face às operações de substituição futura do equipamento que se encontra à disposição do sistema, a dotação da provisão corresponde a 5% do valor total das prestações de serviços e das vendas (excluindo a venda de energia eléctrica) da empresa.

Tal como no exercício anterior, a Empresa efectuou para além do reforço mencionado, uma reversão da provisão proporcional ao valor das depreciações dos equipamentos que integram os investimentos realizados até ao final do ano de 2013. No entanto, como o montante apurado das depreciações e reverter é superior ao valor da provisão constituída, esta última foi revertida pela totalidade, apresentando no final do um saldo nulo.

12.2 A 31 de Dezembro de 2013 mantinham-se pendentes os seguintes processos, dos quais podem resultar perdas possíveis (passivos contingentes):

Processo 318/13.2TBALR:

Em 12 de Abril de 2013 foi recepcionado na Empresa uma citação por carta registada com pedido de anulação de Deliberações Sociais. Tal processo foi instaurado para impugnar a deliberação da Assembleia Geral datada do dia 25 de Fevereiro de 2013, a qual visa alterar os artigos 5.º, n.º 1 alínea n) e 21.º aliena a) dos Estatutos da sociedade Ecoleziria, tendo por base vários fundamentos, entre eles, pela não verificação da maioria de dois terços para aprovar a deliberação em causa, como previsto no art.º 386, n.º 3 do Código das Sociedades Comerciais.



Anexo

Posteriormente em 31 de Julho de 2013 foi recepcionada nova citação por carta registada – Processo 318/13.2TBALR-A, referente a procedimento cautelar, onde é solicitada a anulação de todos actos que tenham sido realizados ao abrigo do art.º 21.º a) dos novos Estatutos, também nesta situação a Ecoléziria apresentou contestação e em 03 de Outubro de 2013 foi proferida a sentença tendo sido decidido pelo Tribunal Judicial de Almeirim indeferir, por manifesta improcedência, o procedimento cautelar.

Relativamente à anulação das deliberações, em 30 de Janeiro de 2014, foi apresentado um requerimento no Tribunal Judicial de Almeirim a solicitar:

- que se juntem aos autos um acordo de transacção realizado entre as partes em que as rés, RESIURB e Ecoléziria, reconhecem que as deliberações tomadas em Assembleia Geral no dia 25 de Fevereiro de 2013 são inválidas por terem sido tomadas sem o quórum legalmente exigível e que devem ser anuladas por força da sentença sobre o respectivo documento apresentado;
- que fique sem efeito a marcação da continuação da audiência prévia que estava agendada para o dia 12 de Fevereiro de 2014;

A conclusão foi proferida em 10 de Fevereiro de 2014 com a aceitação do que foi requerido pelas partes.

Proc. de Contra-Ordenação n.º CO/001607/07 – Estação de Transferência de Salvaterra de Magos

O processo de contra-ordenação prende-se essencialmente com a ausência de licença para operações de gestão de resíduos e com a ausência de licença para o furo de captação de águas subterrâneas.

A situação mantém-se uma vez que ainda não foi possível resolver a situação junto do proprietário do terreno apesar dos esforços efectuados nesse sentido.

No entanto, em 10/02/10, a Empresa foi notificada pelo Tribunal Judicial de Benavente do conteúdo da notificação judicial avulsa requerida pelo proprietário do terreno, "Silvicultura e Imobiliária de Salvaterra, S.A." denominado "Quinta do Pinheiro", inscrito na matriz sob art. 13 da secção AQ e descrito na CRP de Salvaterra de Magos sob o nº 803, dando conhecimento que o requerente exige a restituição da parte ocupada do referido imóvel pela Ecoléziria EIM, no prazo máximo de 6 meses a contar da data da comunicação. Esta notificação também foi enviada ao Município de Salvaterra de Magos.



Anexo

Posteriormente, em 01 de Junho de 2011, a Empresa recebeu do Tribunal Judicial de Benavente uma citação para contestar, querendo, uma Acção de Processo Ordinário (Processo 814/11.6TBBNV), promovida pela sociedade proprietária do imóvel, que, em síntese, reivindica o reconhecimento do direito de propriedade pela Ecoléziria e pelo Município de Salvaterra de Magos e a devolução da parte ocupada tão breve quanto possível, e o direito de indemnização desde Agosto de 2010 até à data de desocupação do terreno pelo valor de 3.000 € mensais. O passivo contingente não reflectido nas contas à data de 31/12/13, na parte que cabe à empresa (50% do valor da acção) ascende a 60.000 €.

De referir que não se encontra constituída "provisão para processos judiciais em curso", por os critérios aplicáveis para o seu reconhecimento, previstos nas normas contabilísticas, não se encontrarem reunidos.

Em 16 de Junho de 2011, a Empresa remeteu a informação ao seu consultor jurídico no sentido de se contestar a obrigação de pagamento. O processo continua em tramitação tendo já sido nomeadas testemunhas.

Proc. de Contra-Ordenação n.º CO/001605/07 - Estação de Transferência de Coruche

Ainda se mantém pendente a obtenção da Licença para operações de gestão de resíduos, por questões relacionadas com o terreno, onde se encontra a Estação de Transferência, por confrontação com o Plano Director Municipal (PDM). Em 2008, a Estação de Transferência foi sujeita a vistoria, por parte das entidades competentes, e foi paga a correspondente coima no valor de 4.100,00 €. No caso do Município de Coruche já existe uma proposta de contrato de comodato que se encontra em análise na Associação de Municípios - RESIURB.

Proc. de Contra-Ordenação n.º CO/001609/07- Ecocentro Cartaxo

Esta é uma situação em tudo semelhante à relatada no parágrafo anterior: a obtenção da Licença para operações de gestão de resíduos mantém-se pendente por questões relacionadas com o Plano Director Municipal (PDM); em 2008, a estrutura foi igualmente sujeita a vistoria, por parte das entidades competentes,

Anexo

e paga a correspondente coima no valor de 7.600,00 €. Na altura a situação foi comunicada ao Município do Cartaxo aguardando uma solução.

13. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

13.1. Políticas contabilísticas adoptadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor uma vez que existe uma garantia razoável que vão ser recebidos e a Empresa tem como objectivo cumprir as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis estão relacionados com activos fixos tangíveis foram inicialmente reconhecidos no capital próprio e posteriormente são reconhecidos na demonstração na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

13.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo

A empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição	Natureza	31.12.2013		
		Capitais Próprios	Activo/passivo	Demonstração de Resultados
INALENTEJO CVE	Não Reembolsável	866,03	-349.171,59	4.661,18
INALENTEJO Recolha Selectiva	Não Reembolsável	218.366,97	34.977,04	80.037,33
Total		219.233,00	-314.194,55	84.698,51

Descrição	Natureza	31.12.2012		
		Capitais Próprios	Activo/passivo	Demonstração de Resultados
INALENTEJO CVE	Não Reembolsável	5.722,67	-338.291,19	6.214,90
INALENTEJO Recolha Selectiva	Não Reembolsável	78.961,22	-125.811,97	43.723,80
Total		84.683,89	-464.103,16	49.938,70

Anexo

Neste exercício foi corrigida a comparticipação de ambas as candidaturas de 80% para 60% em resultado da transição destas da INALENTEJO para o POVT, uma vez que este organismo, nos contratos realizados, atribui apenas a taxa de 60%.

14. Acontecimentos após a data do balanço

14.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de administração na data mencionada no Relatório de gestão. No entanto, os accionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

14.2. Actualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras há a registar a seguinte situação e os correspondentes ajustamentos nas contas do presente período:

No Conselho de Administração, nomeado para o quadriénio de 2014-2017, reunido em 31 de Janeiro de 2014, o seu Presidente, invocando o parecer jurídico solicitado sobre a matéria, informou os restantes membros de que o Conselho de Administração da RESIURB deliberou pedir a revogação da deliberação da Assembleia Geral de 16 de Maio de 2013, que aprovou o pagamento de um Fee de gestão sobre a venda de energia (2,5% a cada privado e 5% à RESIURB, com efeitos retroactivos ao início do seu reconhecimento contabilístico, havendo lugar à reposição das verbas já pagas. Com base nesta posição do Conselho de administração procedeu-se à anulação dos Fee's contabilizados, quer no presente período quer nos anteriores, no montante global de 193.965 euros, tendo a decisão sido ratificada por deliberação da Assembleia Geral de 27 Fevereiro de 2014.

Anexo

15. Imposto sobre o rendimento

15.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Gastos/Rendimentos	2013	2012
Impostos Correntes	140.295,03	132.140,08
Impostos Diferidos		
Subsídios ao Investimento	-22.445,10	-13.233,75
Transição para o SNC	1.638,01	1.638,01
Imposto sobre o rendimento	119.451,94	120.544,34

15.2. Relacionamento entre gasto/rendimento de impostos e lucro contabilístico

Reconciliação da taxa efectiva de imposto:

	31.12.2013		31.12.2012	
Resultado antes de imposto		525.894,85 €		744.423,04 €
Ajustamentos reconhecidos do período		18.119,39 €		-241.516,53 €
Diferenças patrimoniais negativas		-7.360,40 €		-7.360,40 €
Imposto calculado à taxa de impostos aplicável em Portugal	25,00%	134.163,46 €	25,00%	123.886,53 €
CFEI		-3.032,00 €		
Efeito gerado por:				
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação	10,00%	1.077,76 €	10,00%	820,36 €
Derrama	1,50%	8.049,81 €	1,50%	7.433,19 €
Efeito gerado por impostos diferidos:				
Pelo efeito da transição		1.638,01 €	22,25%	1.638,01 €
Pela contabilização dos subsídios investimento	26,50%	-22.445,10 €	26,5%	-13.233,75 €
IMPOSTO S/ O RENDIMENTO DO PERÍODO	22,71%	119.451,94 €	16,19%	120.544,34 €

Anexo

15.3. Diferenças temporárias não usadas

A 31 de Dezembro de 2013, activos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como segue:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Activos por impostos diferidos		
Efeito transposição das dem. financeiras	1.638,00 €	3.276,01 €
Passivos por impostos diferidos		
Subsídios	79.043,20 €	30.532,29 €

16. **Informações sobre matérias ambientais**

16.1 A empresa possui um fundo próprio, no valor de 1.500.744 € a 31/12/2013 (em 31/12/2012 era de 1.510.744 €), para fazer face às despesas de monitorização e selagem do aterro. No entanto o valor do fundo não corresponde ao valor das provisões constituídas por existirem algumas dificuldades de cobrança junto dos principais clientes.

Por esse motivo e no sentido de cumprir a legislação em vigor a Ecolezíria constitui uma Garantia Bancária, sustentada pelo fundo, a favor da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no valor de 122.348,24 €, em 16 de Junho de 2009, a favor da Banco BIC (ex-BPN). Para o efeito foi também realizado de um seguro de responsabilidade ambiental com efeitos a 01 de Janeiro de 2013.

Com suporte no fundo foi também prestada outra garantia, a favor do Banco Santander Totta, no montante de 200.000 €, para aquisição por locação financeira da unidade de tratamento de lixiviado por Osmose Inversa.

Assim, parte do fundo não se encontra disponível para uso (ver nota 19.2 abaixo).

Anexo

16.2 Dado que a Licença Ambiental n.º 83/2008 e a Licença Exploração n.º 33/2011 terminaram a sua vigência em Agosto de 2012, a Empresa de imediato deu entrada do processo de renovação das mesmas junto da CCDR – LVT.

Ora na análise do processo, problemas foram levantados por parte do Ordenamento do território que se prendem com a desafecção do PDM e da REN da área ocupada pelo aterro.

No sentido de solucionar o problema já foram realizadas várias reuniões entre a Ecoleziria, o Município de Almeirim e a CCDR-LVT no sentido de se ultrapassar esta questão que está a impedir a Renovação das Licenças mencionadas.

Em 2013 foram entregues no Município de Almeirim ofícios com o pedido extraordinário de desafecção da REN e do PDM do Município com delimitação da área ocupada pelo aterro e respectivas infra estruturas existentes no local com vista à emissão das respectivas desafecção e alteração.

Em 07 de Junho de 2013 foi publicado em Diário da República, Aviso n.º 7529/2013, a alteração do PDM na área de implantação do Centro de Tratamento Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Raposa. Em Setembro de 2013 foi paga a Taxa de Licenciamento de Aterro, no valor de 14.597,85 €, esperando -se para breve a emissão das respectivas Licenças.

17. Instrumentos financeiros

17.1. Bases de mensuração

É política da empresa reconhecer um activo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do Instrumento.

A empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Anexo

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

17.2. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

Clientes	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes conta corrente		2.257.639,62		2.285.757,16
Clientes de cobrança duvidosa		58.821,64		63.886,49
Perdas por imparidade acumuladas		-58.821,64		-63.886,49
Total		2.257.639,62		2.285.757,16

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 os Municípios apresentavam os seguintes saldos devedores:

Municípios	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Almeirim		35.092,69		325.444,14
Alpiarça		49.354,40		55.255,61
Benavente		70.253,78		156.013,88
Cartaxo		1.763.885,69		1.284.777,98
Coruche		72.579,55		75.528,53
Salvaterra de Magos		28.227,34		155.285,79
Total		2.019.393,45		2.052.305,93

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes", foram os seguintes:

Anexo

financiamento (apenas do Estado) se encontrava contratualizado mas a aguardar o visto do Tribunal de Contas.

17.3. Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores devedores		257,86		
Remunerações ao Pessoal		100,00		
Devedores por Acréscimos de rendimentos		157.490,88		46.511,95
Outros devedores		2.238,78		65.600,32
	0,00	160.087,52	0,00	112.112,27
Perdas por Imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	160.087,52	0,00	112.112,27

17.4. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

Fornecedores	31-Dez-13	31-Dez-12
Fornecedores conta corrente	425.411,77	293.401,58
Total	425.411,77	293.401,58

17.5. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os financiamentos obtidos tinham a seguinte composição:



Anexo

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	0,00	7.034,20	7.034,20	84.410,40
Descobertos bancários contratados	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras	346.576,07	130.441,94	478.183,94	124.323,59
	346.576,07	137.476,14	485.218,14	208.733,99

Os gastos de financiamento a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

Designação	31-Dez-13	31-Dez-12
Empréstimo bancário	285,33	1.275,35
Locação Financeira	23.114,28	15.155,51
Total	23.399,61	16.430,86

17.6. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	0,00	1.116,30	0,00	2.685,26
Acréscimos de gastos Fornecedores de	0,00	210.809,09	0,00	261.368,45
investimentos	0,00	0,60	0,00	275.592,42
Outras contas a pagar	0,00	412.386,97	0,00	730.297,20
	0,00	624.312,96	0,00	1.269.943,33

17.7. Montante de capital social

A 31 de Dezembro de 2013, a empresa detinha um capital social de 50.000 euros, estando realizado na sua totalidade.

Anexo

19.6. Outros rendimentos e ganhos

Descrição	2013	2012
Rendimentos suplementares	23.793,99	15.357,04
Descontos de p.p. obtidos	48,77	37,92
Rendimentos e ganhos em investimentos	0,00	10,00
Correcções relativas a períodos anteriores	28.054,85	1.392,70
Imputação de subsídios para investimento	84.698,50	49.938,70
Juros de mora recebidos	602,10	29.055,15
Juros obtidos de depósitos bancários	56.535,64	58.837,97
TOTAL	193.733,85	170.468,26

19.7. Outros gastos e perdas

Descrição	2013	2012
Impostos		
Impostos directos	0,00	0,00
Impostos indirectos	4.545,02	4.212,98
Taxas		
Taxa de Gestão de Resíduos	286.325,15	269.085,35
Outras	3.400,30	6.104,27
Gastos e Perdas em Inventários		
Outras	174,15	0,00
Gastos e perdas em Investimentos		
Abates	43,5	1395,71
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	7.878,14	7.711,59
Donativos	14.782,22	500,00
Outros não especificados		
Multas e penalidades	523,88	321,20
Juros de mora		24.137,61
Outros	929,92	2,09
TOTAL	318.602,28	313.470,80



Anexo

Almeirim, 27 de Março de 2014

O Conselho de Administração

O TOC



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
 Rua Dionísio Saraiva, 2 - 1.º - porta 5, 2090-104 Almeirim
 Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
 N.º Matricial: 00001050201
 NIPC 504 871 650
 Capital Social: € 50.000

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

Mapa de Execução Orçamental do Investimento

Descrição	Exercício de 2013		Mês de aquisição	Observações
	Previsto	Executado		
Estudo, projecto e licenciamento p/ Central de Triagem	10.000,00			Optou-se por não iniciar o projecto.
Nova célula do aterro	916.666,67			Foi lançado concurso Público que ficou deserto, ficando a aguardar pela decisão dos novos membros dos órgãos sociais.
Nova bacia para lixiviado	50.000,00			Optou-se por não iniciar o projecto.
Software e equipamento para tratamento de Recolha selectiva	7.800,00			Optou-se por não iniciar o projecto.
2 contentores fechados de 30 m ³	13.200,00	9.980,00	Julho	
Ecopontos de superfície	27.500,00			A realizar no início de 2014
Viatura de serviço	20.000,00			Na sequência da reparação da viatura existente, optou-se por não avançar com a aquisição de nova viatura.
Máquina de lavar a quente Karcher		2.400,00	Março	Para fazer face às solicitações em n.º crescente por parte dos Municípios para a lavagem dos ecopontos optou-se por adquirir uma máquina de lavagem a quente por forma a ser mais eficaz a tarefa de lavagem.
Grande reparação viatura serviço 51-EM-32		3.106,28	Mai	
Sistema CCTV (Videovigilância)		5.180,00	Agosto	Após se terem registado alguns roubos no aterro optou-se por reforçar a vigilância através da colocação de câmaras.
Totais	1.045.166,67	20.666,28		

Almeirim, 27 de Março de 2014

O Conselho de Administração

Res - Rbar
[Handwritten signature]

O JOC
[Handwritten signature]
 n.º 682016

Nuno Manuel de Moraes Kol de Carvalho, vogal do Conselho de Administração da ECOLEZIRIA – EMPRESA INTERMUNICIPAL PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EIM, pelas razões aduzidas na reunião do Conselho de Administração da ECOLEZÍRIA, ocorrida no dia 27 de Março de 2014, vem o ora signatário, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais, proceder à justificação da sua recusa em assinar os documentos de prestação de contas da Sociedade, referentes ao exercício de 2013.

Na verdade, o signatário não concorda que o resultado líquido do período não contemple a verba de custos relacionados com o *fee* de gestão de 5% sobre os valores de venda de energia à EDP, na medida em que, devidamente esclarecida, a Assembleia Geral da ECOLEZÍRIA deliberou, em 16 de Maio de 2013, por unanimidade, a aprovação de uma proposta (apresentada no âmbito de um Ponto da Ordem de Trabalhos com o enunciado “Análise da venda de energia no âmbito do AGAT”) que ia no sentido de clarificar e enquadrar nos pressupostos do AGAT a remuneração de 5% sobre a venda de energia para os parceiros privados.

Acresce que os serviços referidos foram efectivamente prestados e facturados pelas accionistas privadas e as correspondentes facturas foram devidamente pagas pela ECOLEZÍRIA – sem qualquer reserva e ainda no decurso do exercício em apreciação - não se vislumbrando, portanto, qualquer fundamento para a não consideração de tais verbas nos documentos em análise.

Lisboa, 27 de Março de 2014-

